

RETOMAR PARA NÃO MORRER: O TERRITÓRIO KEWÁ MATAMBA E A EXPERIÊNCIA DO KILOMBU MANZO

Makota Cássia Kidoialê

Kilombu Manzo Ngunzo Kaiango

Natiele Rosa De Oliveira

Instituto Federal de Minas Gerais – *campus* Ouro Preto

submissão: 31.08.2024 | aprovação: 12.04.2025

RESUMO

O objetivo deste artigo é descrever os processos de constituição territorial do Kilombu Manzo Ngunzo Kaiango, comunidade quilombola estabelecida em Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais. Pretendemos demonstrar como o território de Manzo tem sido criado e recriado pela comunidade ao longo do tempo, destacando os elementos estruturantes de sua formação e os diferentes agenciamentos mobilizados nesse percurso, desde seu estabelecimento na capital mineira, na década de 1950, até o recente processo de retomada do território Kewá Matamba, empreendido pela comunidade no ano de 2024. Nesse sentido, buscaremos evidenciar como a experiência do Kilombu tem sido atravessada por diferentes ações de desterritorialização por parte de agentes do Estado e do capital privado, no contexto de expansão urbana da cidade de Belo Horizonte e de crescimento do extrativismo mineral. Por fim, abordaremos de que modo a luta pelo território agenciada pela comunidade de Manzo tem se constituído como elemento central na conformação de uma “política da vida”.

Palavras-chave: território; quilombo; retomada.

**RETOMAR PARA NÃO MORRER: O TERRITÓRIO
KEWÁ MATAMBA E A EXPERIÊNCIA DO
KILOMBU MANZO**

ABSTRACT

The objective of this article is to describe the processes of territorial constitution of Kilombu Manzo Ngunzo Kaiango, a quilombola community established in Belo Horizonte, in the state of Minas Gerais. We intend to demonstrate how the Manzo territory has been created and recreated by the community over time, highlighting the structuring elements of its formation and the different agencies mobilized along this path, from its establishment in the capital of Minas Gerais in the 1950s to the recent process of reclaiming the Kewá Matamba territory, undertaken by the community in 2024. In this sense, we will seek to highlight how the experience of Kilombu has been crossed by different actions of deterritorialization by agents of the State and private capital, in the context of urban expansion of the city of Belo Horizonte and the growth of mining extractivism. Finally, we will address how the struggle for territory managed by the Manzo community has constituted a central element in the formation of a “politics of life”.

Keywords: territory; quilombo; resumption.

**RETOMAR PARA NÃO MORRER: O TERRITÓRIO
KEWÁ MATAMBA E A EXPERIÊNCIA DO
KILOMBU MANZO**

RESUMEN

El objetivo de este artículo es describir los procesos de constitución territorial de Kilombu Manzo Ngunzo Kaiango, una comunidad quilombola establecida en Belo Horizonte, en el estado de Minas Gerais. Pretendemos demostrar cómo el territorio de Manzo ha sido creado y recreado por la comunidad a lo largo del tiempo, destacando los elementos estructurantes de su formación y las diferentes agencias movilizadas en este camino, desde su instalación en la capital de Minas Gerais, en los años 1950, hasta el reciente proceso de retoma del territorio Kewá Matamba, emprendido por la comunidad en el año 2024. En este sentido, buscaremos resaltar cómo la experiencia Kilombu ha sido atravesada por diferentes acciones de desterritorialización por parte de agentes estatales y capital privado, en el contexto de expansión urbana de la ciudad de Belo Horizonte y crecimiento de la extracción minera. Finalmente, abordaremos cómo la lucha por el territorio organizada por la comunidad Manzo se ha convertido en un elemento central en la formación de una “política de vida”.

Palabras clave: territorio; quilombo; reanudación.

1 DOIS CORPOS, UMA ESCRITA

Este texto foi escrito a partir de uma interlocução ética e epistêmica gerada na confluência de uma relação de afeto, respeito e colaborações recíprocas. Feito por duas mulheres de pertencimentos distintos, mas cujas trajetórias se encontraram no centro de uma encruzilhada acadêmica e política.

Uma delas, Makota Kidoialê, filha, mãe e avó do território do Kilombu Manzo Ngunzo Kaiango, cuja trajetória ecoa a métrica cíclica professada por Antônio Bispo dos Santos, de que somos começo, meio e começo. A outra, Natiele Oliveira, ligada a esse território por laços espirituais, que se transpuseram para uma colaboração de pesquisa e escrita sobre aquilo que tem sido urgente para a comunidade comunicar.

As narrativas em primeira pessoa não referendadas que aparecerão ao longo do texto são, essencialmente, da primeira delas, viabilizada pelo livre exercício do “pacto etnográfico”¹ aqui construído (Albert & Kopenawa, 2015), pautado na busca pelo estabelecimento de uma relação mais simétrica entre os diferentes regimes de conhecimento mobilizados por ambas as autoras (Barcelos Neto et al., 2006; Latour, 2019). Esse pacto, que traz consigo responsabilidades significativas ao

pesquisador, implica, para os interlocutores, aceitar “engajar-se em um processo de auto-objetivação”, mas de um modo “que lhes permita adquirir ao mesmo tempo reconhecimento e cidadania no mundo opaco e virulento que se esforça para sujeitá-los” (Albert & Kopenawa, 2015: 522).

Em nosso caso específico, tudo isso implica fazer jus às formas próprias de enunciação – baseadas na oralidade e no relato testemunhal – e às contribuições analíticas advindas dos próprios saberes quilombolas e dos conceitos que deles emergem. Desse modo, compreendemos que as narrativas de cunho testemunhal da interlocutora de Manzo e coautora deste texto nos permitem, também e sobretudo, vislumbrar e compreender os processos singulares agenciados pelos membros da comunidade do Kilombu em seus percursos de constituição e luta pela manutenção de seu território.

Tomando de empréstimo, mais uma vez, os termos e premissas colocados por Albert e Kopenawa (2015), podemos dizer, contudo, que essas narrativas em primeira pessoa contêm um “duplo eu”, resultante da transcrição e da organização de uma narrativa oral tornada escrita por um “*alter ego* redator”. Um trabalho

1 Albert e Kopenawa (2015: 520) estabelecem como alguns dos princípios básicos do pacto etnográfico por eles proposto, e do qual nos apropriamos aqui: “fazer justiça de modo escrupuloso à imaginação conceitual” de seus interlocutores e “levar em conta com todo o rigor o contexto sociopolítico com a qual aquela sociedade está confrontada”, além do olhar crítico sobre o quadro da pesquisa etnográfica em si.

de colaboração no qual a autora das palavras transcritas e a autora da redação “emprenharam-se em ser uma só” (Albert e Kopenawa, 2015: 537).

Seja como for, os relatos e análises de ambas que aqui se misturam, ora de forma mais demarcada, ora por meio de nosso *alter ego* redator, buscam trazer descrições e problematizações que ecoam, no entanto, muitas outras vozes. Por meio da escrita conjunta por nós estabelecida, procuramos elucidar os meandros da longa e tortuosa trajetória de invenção e reinvenção territorial agenciada pela comunidade do Kilombu Manzo ao longo do tempo, desde o estabelecimento da matriarca da comunidade, Mamemetu Muiandê, na cidade

de Belo Horizonte (MG), na década de 1950, até o recente processo de retomada do território Kewá Matamba, empreendido pelos moradores de Manzo no ano de 2024.

Nesse processo, buscaremos evidenciar como a experiência do Kilombu tem sido atravessada por diferentes ações de desterritorialização por parte de agentes do Estado e do capital privado, no contexto de expansão urbana da cidade de Belo Horizonte e de crescimento da exploração minerária, abordando também de que modo a luta pelo território agenciada pela comunidade de Manzo tem se constituído como elemento central na conformação de uma “política da vida”.

2 “FINCA O PAU QUE O LOTE É SEU”



Figura 1 – Mapa do Território Kewá Matamba desenhado por crianças do Kilombu Manzo (2023).

Em abril de 2023, durante uma atividade no Kilombo Manzo Ngunzo Kaiango, cinco crianças da comunidade desenharam um mapa com a projeção do que seria o território Kewá Matamba. O território projetado por elas subverte a lógica dos limites territoriais estabelecidos pelo Estado e sua jurisprudência oficial, a prefeitura de Belo Horizonte, e redesenha o espaço circunscrito a partir do Kilombu com base nas referências da comunidade, em um exercício de ressignificação contracolonial (Bispo dos Santos, 2021).

As tradicionais ruas e avenidas da cidade, nomeadas, em sua grande maioria, a partir das referências euro-cristãs e colonizadoras presentes na construção de Belo Horizonte, recebem, na projeção das crianças, os nomes das matriarcas da comunidade, relembram os personagens apagados pela história oficial, reverenciam os pretos velhos, caboclos e nkisis², elementos estruturantes da constituição do território do Kilombu. Mas o mapa evoca, também e principalmente, o desejo de criação de uma outra experiência territorial que possibilite outras formas de relação com a terra, sem os atravessamentos impostos pelo Estado e pela lógica do capital privado.

O Kilombu³ Manzo se constitui como um quilombo urbano, localizado no bairro Paraíso,

em Belo Horizonte, Minas Gerais, no maior aglomerado da cidade, conhecido como Serra. Seu nome remete a um dos elementos centrais de organização da comunidade, sua estruturação em torno da prática do Candomblé Congo-Angola, de tradição banto, sendo Casa (Manzo) da Força (Ngunzo) de Matamba (Kaiango), que se refere à Nkisi que ancora o território e sua matriarca, Mametu Muiandê (Mãe Efigênia).

Mametu Muiandê é bisneta de escravizadas que se aquilombaram no Quilombo Engenho Novo, em Ouro Preto, região que é símbolo do vínculo entre a mineração e o processo de escravização de povos africanos no Brasil. “A história de Mãe Efigênia nos mostra a continuidade histórica da resistência kilombola frente à mineração e às opressões sofridas”, afirma a carta-manifesto divulgada pela comunidade de Manzo em maio de 2024, durante o processo de retomada do território Kewá Matamba (Kilombu Manzo Ngunzo Kaiango, 2024). Na década de 1950, aos 8 anos de idade, Mametu Muiandê se mudou para Belo Horizonte com sua mãe e, a partir daí, iniciou-se nas tradições afro-religiosas da Umbanda, incorporando um preto velho chamado Pai Benedito.

No fim da década de 1960, trabalhando como doméstica e lavadeira, sem salário fixo nem

2 Trata-se de divindades e entidades centrais na prática do candomblé Congo-Angola.

3 O termo aqui segue a grafia própria utilizada pela comunidade.

tampouco digno, Mametu Muiandê vivia também sem residência estabelecida, dormindo na casa de patrões. Sobre esse período, Mãe Efigênia relata:

“A maior experiência da minha vida foi essa: amanhecer sem ter pra onde ir e anoitecer sem ter pra onde voltar. Mas dessa Mata da Baleia eu consegui fincar meu barraquinho. Eles ainda brincavam comigo: “finca o pau que o lote é seu”, então eu cortava o pau, carregava na cabeça, cinco horas da manhã eu tava na mata arrastando pau, porque oito horas da manhã eu tava trabalhando na casa dos meus patrões na Savassi, Cidade Jardim, Santo Antônio, Funcionários e Sion⁴. Era meu trecho onde eu trabalhava” (Guimarães & Aspahan, 2024: 22-24).

O terreno conquistado por Mãe Efigênia, por volta do ano de 1967, fica localizado nas proximidades da Mata da Baleia, território atualmente situado na região leste de Belo Horizonte, aos pés do que hoje é conhecido como Serra do Curral. O lote fora-lhe concedido como doação de um de seus patrões, em agradecimento por uma cura obtida por meio de um trabalho espiritual feito por Pai Benedito, por intermédio de Mametu Muiandê:

Ele [Pai Bendito] fez umas coisas pro meu patrão, aí ele disse pra ele: “eu vou te pagar velho”. E ele [Pai Benedito] disse: “Não! Nego não conhece moeda, mas se o senhor quiser me dar um pedacinho de terra pra mim fazer uma choupanazinha pra mim poder benzer meu povo, curar meu povo, eu quero”. Daqui [da Mata da Baleia] que eu tirei as madeiras para fincar

os primeiros pau dentro do Manzo Ngunzo Kaiango, que era Senzala de Pai Benedito. Em 1967/1968 eu finquei os pau, arrastava eles de noite, cortava e jogava na mata. De manhã cedo, cinco horas da manhã, eu cortava as galhas, saía arrastando pra poder fincar os primeiros mourão do Manzo Ngunzo Kaiango, que era Senzala de Pai Benedito. Assim nasceu a Senzala do Pai Benedito. Ali fiz minha casinha, fiz dois cômodos para Pai Benedito que ele pediu, porque ele precisava (Guimarães & Aspahan, 2024: 20-23).

A construção dos cômodos havia sido solicitada por Pai Benedito para que ele pudesse realizar seus trabalhos espirituais, cuidando principalmente das crianças da comunidade, tanto dos filhos carnais de Mãe Efigênia, todos cuidadosamente acolhidos e orientados pelo preto velho, quanto pelos filhos amadrinhados por ela na vivência coletiva ali estabelecida e no interior das práticas de terreiro desenvolvidas no território. Assim, em 1970, Mãe Efigênia ergueu, com suas próprias mãos e o auxílio de pessoas próximas, o terreiro, originalmente de Umbanda, nomeado como Senzala de Pai Benedito, que, mais tarde, por orientação espiritual, viria a se chamar Manzo Ngunzo Kaiango.

Como é possível observar, a constituição do território de Manzo mobiliza agenciamentos diversos (Deleuze & Guattari, 1995), envolvendo humanos e não humanos, conexões ancestrais com pretos velhos, caboclos, encantados, nkisis, com as águas, plantas e minerais da Mata da Baleia.

4 Trata-se de bairros de classe média alta da cidade de Belo Horizonte.

Tudo isso atravessado pela dinâmica do capital, por meio do agroextrativismo minerário e seu braço de articulação, o Estado, além da especulação imobiliária típica do contexto urbano.

3 O AVANÇO DA CIDADE

No início da década de 1970, quando o território do Kilombu começou a se constituir, esse lugar era todo um lugar só. Não tinha, por exemplo, uma rua nem beco. Então, era um lugar integrado à mata. Para nós, era como se a mata fosse nosso abastecimento em relação a tudo. Comida, remédio, casa. Minha mãe buscava lenha e madeira, ela cortava madeira, palmeira e fazia a casa, o telhado da casa dela com tudo o que tinha nessa mata, que é a Mata da Baleia, na Serra do Curral. E aí, a cidade começou a crescer e mudar nossa composição de manutenção.

Nas palavras de Antônio Bispo dos Santos (2023), a cidade é o contrário da mata, um território artificialmente humanizado, arquitetado exclusivamente para os humanos, excluindo a possibilidade de outras vidas. Sintoma da cosmofofia colonial, dizia o autor.

Em relação ao Manzo, dizemos que a cidade começou a crescer por baixo da comunidade. E aí, eles vêm por baixo, tapam o córrego, tapam a nascente e desmatam toda aquela vegetação natural que tinha ali. Mas nós não reagimos, porque

viramos as costas para a cidade e nos colocamos de frente para a Baleia. E, virando de frente para a Baleia, não tínhamos noção de que o avançar da urbanização fosse tão rápido e tão acelerado.

Naquela época, nós ouvíamos que estávamos perdendo muito do terreno para baixo, mas não reagimos, porque o que estava acontecendo, na verdade, antes da urbanização, era uma ocupação. Essa ocupação era de famílias que também precisavam de um lugar para morar. E eram famílias que compartilhavam conosco a mesma característica e o mesmo perfil. Também havia muitas mulheres negras, vendedoras, mães... Então, nós não reagimos nem nos opusemos, porque pensamos: “tem muita mata ainda, não tem problema”.

Porém, junto dessa ocupação, vem também o Estado. O Estado chega e começa a dizer que nós precisávamos de saneamento básico. A partir daí, eles pegaram o córrego e o mataram para criar uma canaleta de esgoto e começaram a proibir, por exemplo, que tivéssemos fossa. Então, nós éramos obrigados a abastecer o esgoto que estava matando nosso córrego.

Mas havia ainda uma nascente, que era a do território Kewá Matamba. O terreno, na verdade, era uma área na região da Mata da Baleia, utilizado para evocar a força de Matamba. A área da mata era dividida pela comunidade do Kilombu de acordo com os elementos

representativos de cada Nkisi ou entidade com a qual se relacionavam. Por meio da interação entre as pessoas, os elementos da mata e as divindades ali emanadas, o território de Manzo Ngunzo Kaiango ia se constituindo.

Havia um lugar onde nós buscávamos as ervas de caboclo e fazíamos o ritual da mata, que era na gruta. Tinha outro local mais acima, que nós chamávamos de Alto do Minério, que era o lugar do templo de Ogum, porque lá, naturalmente, o solo é forrado de minério. Hoje, já não tem mais, por causa da atuação das mineradoras na região.

Nesse ponto mais alto se realizava o ritual de despertar do terreiro, que era a evocação de Matamba. Nós subimos no lugar mais alto do morro, batemos o chifre e chamamos por Matamba. Depois, é preciso ficar ali esperando a resposta, que é uma rajada de vento. Para nós, esse lugar era como se fosse o topo sagrado, o lugar em que conseguimos chegar mais perto de Matamba. Cada ponto da mata nos permite acessar uma dessas forças. Eu chego em Oxum a partir da nascente dos rios, em Ogum, a partir do minério, em Oxóssi, na mata, em Katendê, nas folhas, e assim eu vou entendendo como me aproximo de minha ancestralidade.

A perda do acesso à mata, à medida que a ocupação particular avançava, afetou diretamente a experiência territorial do Kilombu, obrigando-o a mudar algumas práticas. A urbanização trouxe também outras mudanças que, aos poucos, foram convertendo a vida de uma comunidade tradicional, que até então vivia de modo autossustentado, com suas formas próprias de organização econômica e cultural, na experiência de uma população de periferia urbana, empobrecida pelas exclusões típicas da exploração do capital.

No começo, algumas práticas, por exemplo, a instalação de banheiros, de energia elétrica e de água encanada, chegavam para nós como ações de melhoria para nossa qualidade de vida. E nós acreditávamos que era possível ter essa melhoria. Nós éramos muito criticados por ainda termos fossa, por nossa casa não ter luz, por não termos água potável, mesmo quando isso já estava disponível no bairro, nós ainda não tínhamos. Para nós, se tinha nascente, se tinha mina, se tinha um córrego, para que iríamos buscar água da Copasa⁵? Buscar aquela água com cloro, nós achávamos que a água não era pura. Então, falávamos: “nós não queremos essa água, mesmo que ela chegue encanada, não faz diferença para nós”.

5 A Copasa é a Companhia de Saneamento de Minas Gerais, responsável pelos serviços de água e esgoto na cidade de Belo Horizonte.

Mesmo assim, a urbanização avançou e, com ela, veio o cercamento da Mata da Baleia⁶. A partir daí, o Estado construiu o que eles entendem que uma comunidade precisa: um centro cultural, uma capela e um campo de futebol. Nós ainda observamos aquilo e falamos: “olha, eles estão construindo isso aqui porque eles querem que as pessoas frequentem esses lugares e não mais a nossa casa”. E vieram também famílias que não nos conheciam, e essas famílias tiveram um distanciamento com o Kilombu. Mas ainda continuávamos fazendo as práticas do terreiro, mantendo a conexão com a Mata da Baleia.

Teve um momento, eu não sei muito bem qual foi a década ou ano, em que houve o tombamento de um caminhão de terra dentro da gruta, que era, na mata, o território de Caboclo. E nós não conseguimos mais entrar lá. Essa terra tapou todo o nosso caminho de acesso à mina. Se olharmos para o lugar onde hoje estão as casas do Manzo, o local da Mina e o território Kewá Matamba, tudo está em uma linha reta. O que divide essas áreas são ocupações e ruas. São quadras que foram feitas

para demarcar, urbanizar as ocupações e ruas que eles abriram.

Existe um ritual no Manzo em que nós levantamos a bandeira do tempo, uma bandeira hasteada com bambu. Com o passar do tempo, esse bambu trinca, racha, por causa do balanço do vento. Com a exposição, a bandeira toma sol, chuva, então, também precisa ser trocada. Esse bambu, nós buscamos na Baleia.

Um dia, meu irmão e eu fomos buscar o bambu na Baleia e, quando fomos cortar, a guarda de fiscalização da mata veio atrás de nós. Quando ela veio falar com a gente, meu irmão falou: “Olha, a gente está pegando bambu pra levar pro terreiro”. E ela falou: “Ah, mas vocês não podem, quem são vocês?”. E nós falamos: “Ué, como assim? A gente vive aqui há tanto tempo, nunca teve essa vigília, nós somos do terreiro, lá da Senzala de Pai Benedito”. Foi então que ela nos falou que não podíamos mais pegar nada na mata, porque ali tinha se tornado uma área de preservação ambiental⁷. Aí, meu irmão falou: “Mas a gente sempre buscou bambu aqui. Se a gente não pode

6 A área da Mata da Baleia foi demarcada como unidade de conservação ambiental em 1932. Em 1988, foi criado o Parque Florestal Estadual da Baleia, que colocou a região sob os cuidados do Instituto Estadual de Florestas do Estado de Minas Gerais (IEF). A área vem sendo afetada por projetos de mineração na Serra do Curral, como os desenvolvidos pela empresa Tamisa (Taquaril Mineração S.A.).

7 Esse tipo de medida tem evidenciado as tensões que emergem na relação entre a racionalidade ocidental, engendrada pelo Estado, e as cosmopolíticas (Cadena, 2019) das minorias extranacionais, como as comunidades quilombolas, que trazem para a vida pública outra dimensão do político, que, eventualmente, vem a “perturbar agendas políticas e disposições conceituais, tanto progressivas quanto conservadoras” (Cadena, 2019: 3).

pegar bambu e não pode pegar folha, como é que a gente vai ficar aqui?”.

Com a proibição, a Baleia passou a ser acessada de forma clandestina, então, nós já não entrávamos mais na mata vestidos de branco, nós já não levávamos nada, não fazíamos nenhum ritual lá dentro, mudou totalmente a nossa relação com o território. Quando fazíamos algo, era sempre escondido. E assim nós vivemos durante muito tempo ali dentro da Mata da Baleia, até percebermos que começou a mudar também o comportamento da vegetação daquele lugar. Uma vez nós fomos lá, por exemplo, levar um agrado para Dandalunda na água e, quando chegamos, encontramos lixo do hospital no rio. E aquilo nos mostrou que aquele rio não poderia mais ser usado, porque eles estavam poluindo o rio com lixo hospitalar.

O território Kewá Matamba era um território sagrado para nós, porque era um território onde tínhamos uma vegetação de alecrim, e o alecrim é utilizado todo dia. Nós vamos até a mata, colhemos um pouco de alecrim, esperamos que ele seque, batemos e depois maceramos as folhas, picamos os galhos secos, porque nós fazemos banho com os galhos, e com as folhas secas fazemos defumação. E todo dia nós defumamos o terreiro. Então, começamos a ver que a Baleia estava cercada, já não era mais possível entrar lá dentro. O Kewá Matamba, que não estava cercado, era o lugar onde

havia alecrim, mas nós começamos a perceber que não estava tendo mais alecrim, nem dentro nem fora da mata. Havia também uma mina. Em volta dessa mina, era coberto de Colônia. Essa mina também tinha uma argila branca. E essa argila era própria para fazer fundamento de Oxalá e Obaluaiê. Mas aí, secaram a mina.

4 O ESTADO NOS DESANCORA

Quando falamos em retomar para não morrer, voltamos lá para 2012, quando tivemos uma intervenção violenta do poder público dentro do território do Manzo, que tirou da gente esse território, alegando que nossas casas estavam em áreas de risco, colocando-nos dentro de um espaço em que estávamos sendo muito mais monitorados pelo Estado do que cuidados pelo Estado, que era um abrigo público da prefeitura.

Quando o Estado nos tirou de nosso lugar, quando o município nos tirou da comunidade, nos arrancou do território e nos colocou dentro de um abrigo, a região em volta do território passou a ser ocupada por outro grupo de famílias, que nunca teve essa relação que nós temos. O asfalto começou a ser distante de quem era muito próximo de nós. Então, criaram-se ruas, criaram-se quadras e ruas, e aí o vizinho já não é mais só atravessar o córrego e chegar à casa do vizinho. Você tem que dar uma volta na rua ou no quarteirão para chegar.

Quem estava de frente para nós, atravessados pelo córrego, nós conversávamos de um lado para o outro, só gritando. Hoje, para que eu possa chegar do outro lado do córrego, eu tenho que dar uma volta inteira no quarteirão. O bar, onde é o Kilombuteço do Manzo, está do outro lado. Eu poderia só atravessar a ponte de madeira, que foi feita por nós mesmos, pela própria comunidade local, que eu chegaria ao Kilombuteço. Mas hoje, para chegar lá, eu preciso dar uma volta inteira no quarteirão, porque já não existe nenhuma rua que me ligue direto a essa área.

O território Kewá Matamba ficou tão distante que parece que na geografia da cidade ele pertence a um outro bairro. Antes era tudo Vila Euclásio. Hoje, o Estado mudou a geografia do nosso bairro, que é assim que eles falam, da nossa quadra. Já tivemos três mudanças. Era Vila Euclásio. Depois, virou Santa Efigênia, e hoje é bairro Paraíso.

O território Kewá Matamba deveria estar dentro do bairro Paraíso. Para você conseguir atravessar o bairro Paraíso todo, você tem que passar pelo território. Só que esse território, hoje,

está no bairro Baleia, que era mata e virou bairro. Isso nos confunde. Já não sabemos mais contar nossas histórias, porque as referências foram sendo modificadas. Hoje, por exemplo, a Mata da Baleia virou Serra do Curral, e nós já estamos nos perdendo com as nossas histórias. Já não sabemos mais como contar isso.

Nesse processo, nós começamos a ver também as famílias se distanciando dessas práticas, dessa cultura, dessa educação, dessas tradições, porque elas também não estão mais inseridas nesse contexto, nesse território. Não estão ancoradas. O Estado atuou no sentido de dispersar a comunidade⁸.

Então, em 2012, eles nos tiraram do território com uma ordem de despejo, alegando que as nossas casas estavam caindo e que nós estávamos morando em uma área de risco e que estava acontecendo uma movimentação muito grande no solo que poderia puxar todas as casas para baixo. Diante dessa situação, conversamos com a prefeitura e dissemos que tínhamos um terreno lá na Baleia. Eles pediram para que levássemos uma equipe deles até lá.

8 Na perspectiva de Pierre Clastres (2004), podemos observar a força da ação eminentemente etnocida do Estado que tende, quando as circunstâncias exigem, a dispersar as forças que atuam na contramão de sua lógica. Nas palavras do autor: "o Estado se quer e se proclama o centro da sociedade, o todo do corpo social, o mestre absoluto dos diversos órgãos desse corpo. Descobre-se assim, no núcleo mesmo da substância do Estado, a força atuante do Um, a vocação de recusa do múltiplo, o temor e o horror da diferença" (Clastres, 2004: 87). Em sendo o Estado essa força centrípeta, expansiva e que tende a impor seu domínio sobre todos os grupos que habitam seu território, ele não poderia fazer outra coisa senão ameaçar as cosmologias discrepantes, visto que as relações que estabelece com essas sociedades é sempre a de "captura e sobrecondição" (Viveiros de Castro, 2008: 242).

Levamos a equipe da prefeitura para ver o terreno. Na época, o Manzo já era certificado pela Fundação Palmares como comunidade quilombola⁹. Eles nos disseram que fariam um pedido para a Fundação Palmares, para que pudéssemos ser remanejados para outro território, já que a área onde morávamos era considerada de risco.

A nossa ideia era transformar essa área onde morávamos em um ponto de memória do Kilombu Manzo. E nós dissemos para a prefeitura: “esse lugar aqui, a gente não vai abrir mão dele, mesmo que a gente não possa mais morar aqui, mas a gente quer que tudo que nos representa esteja aqui, nesse terreno, nesse território. E nós vamos com as famílias para o outro, para a Baleia”.

Procuramos a Fundação Palmares, que se comprometeu a enviar uma equipe para conhecer o território e averiguar se era possível e seguro para remanejar as famílias. Porém, nesse meio-tempo, houve uma mudança no governo, e nós já estávamos no abrigo. Nós ainda passávamos quase que diariamente pelo território, olhávamos para ele com esperança de que, um dia, ainda moraríamos lá. Começamos a ver que a Baleia tinha cerca, mas que o território Kewá Matamba ainda não tinha cerca.

Depois de passado algum tempo, nós percebemos que o terreiro do Manzo havia sido todo quebrado. Apenas o terreiro, eles não quebraram mais nada. Eles mataram o nosso terreiro. Hoje, no Manzo, não tem nada que você possa dizer: “isso aqui é de 1970”. Eles mataram a história do terreiro, eles mataram toda a nossa memória, tudo o que tínhamos para comprovar que pertencíamos àquele território. Então, nós vimos que eles tinham quebrado o terreiro, acabado com tudo, absolutamente tudo o que tinha de elemento natural daquele terreiro, até o pé de jatobá, que era o lugar onde nós plantávamos os umbigos das crianças, onde tinham as cabaças penduradas, que era um ritual que fazíamos para Katendê. Eles cortaram o pé de jatobá.

A partir daí, nós percebemos que tinha alguma coisa errada, percebemos que eles estavam matando o terreiro, tirando o terreiro de nós. Tudo o que havia no lugar que estava relacionado ao nosso sagrado, eles tiraram. Tiraram o jatobá, tiraram um pé de carambola, que é uma fruta de Angorô/Oxumaré, tiraram o bambuzal. Eles tiraram tudo o que nos identificava com nosso culto. Eles tiraram para que nós não pudéssemos mais comprovar que aquele território era nosso.

⁹ A certificação do Manzo Ngunzo Kaiango como comunidade remanescente de quilombo foi feita pela Fundação Palmares no ano de 2007.

Quando vimos isso, fomos cobrar da prefeitura. Perguntamos a eles: “por que vocês estão matando o terreiro? Vocês estão matando as árvores, vocês estão matando tudo”. Eles nos disseram que só estavam reformando e que logo poderíamos voltar. Então, eu perguntei: “uma árvore com mais de 200 anos, tem como vocês reformarem?”. Eles cortaram uma árvore com mais de 200 anos.

Na época, gravamos um vídeo e mandamos para a guarda florestal. Eles nunca responderam. E, ao mesmo tempo, a guarda florestal nos vigiava e nos proibia de acessar a Mata da Baleia.

Diante dessa situação, nós dissemos: “nós queremos o nosso território de volta, nós vamos voltar para a nossa casa. E nós queremos o nosso terreiro de volta, porque vocês estão matando tudo, vocês mataram a água, vocês mataram o pé de jatobá, o bambuzal, a argila, mataram porque eram elementos vivos, não tem outro nome para falar disso”. Quando você poda uma árvore, tudo bem, mas quando você queima a raiz de uma árvore, que foi o que eles fizeram, você matou a árvore. E o terreiro foi descaracterizado, já não tinha mais identidade de terreiro. O terreiro acabou, morreu.

A solução urgente que encontramos para salvar nosso sagrado foi levar o terreiro para outro território. Minha mãe, Mãe Efigênia, mudou-se para uma área no município de Santa Luzia, que tinha sido comprada anteriormente, já que

estávamos tendo cada vez mais dificuldade de acessar a Mata da Baleia. O terreiro está em Santa Luzia até hoje por uma questão de proteção.

Essa mudança toda foi, para nós, uma perda muito grande. Com a Mãe aqui, na comunidade, todos os dias de manhã nós acordávamos, passávamos na casa dela, tomávamos café, pedíamos a benção e cada um ia para seu trabalho, para seu ofício. Antes de dormir, nós passávamos na casa da Mãe para tomar a benção, todos os dias. Nós jantávamos na casa da Mãe, mesmo quando já tínhamos jantado na nossa casa. E isso também morreu. A convivência com ela, esse cuidado matriarcal, isso também morreu.

Quando falamos de retomar para não morrer, na verdade, não estamos falando só de morte morrida, mas de uma morte cultural, de uma morte ancestral. Da morte de uma relação. Da morte de uma tradição. E, além de estarmos sem tudo isso, estávamos sem abrigo, sem nenhuma esperança e vendo esse saque, essa violência sobre o nosso território. Era como se a nossa identidade estivesse ali, como se eles estivessem pisoteando em cima de nós.

Desde 2012, nós temos sofrido várias consequências disso. Essas perdas nos adoeceram, mataram nossa autoestima. Estamos com uma perda cultural imensa. Então, tudo isso que nós entendemos que é a vida do quilombo, agora nós precisamos proteger. Desde 2012, com a ausência

da minha mãe, eu fiquei muito sobrecarregada, eu não tenho mais uma vida própria, minha vida está morta, ela nunca mais vai ser a mesma, eu nunca mais vou poder, por exemplo, sair de casa de manhã, trabalhar, ir para o terreiro, voltar para casa e dormir com meus filhos, com meus netos, curtir meus netos, viver essa fraternidade. Eu não tenho isso. Antes de 2012, antes de o Estado entrar aqui, nós tínhamos uma vida completa.

Hoje, há famílias do Manzo que vivem fora da comunidade, vivem em áreas de ocupações, pagando para poder viver, tendo que conviver com outra cultura, ou uma ausência da nossa cultura, um abandono do Estado. Muitas vezes, elas têm que servir às organizações paralelas que surgem nesses lugares para que elas consigam entrar e sair de suas casas. O nosso território sempre cuidou de nós. Hoje, nós temos uma geração dessa família que precisa enfrentar os problemas causados pelo comportamento de uma sociedade que não tem tradição. E nós temos um espaço onde podemos retomar essas práticas, retomar essa tradição.

Quando falamos de retomar para não morrer, falamos também das nossas tradições. As tradições que sempre nos mantiveram vivos. A nossa relação com o Kewá Matamba sempre se manteve. Nós sentíamos que, mesmo não estando lá, o território se mantinha ali, cuidando de nós. Mas chegou um momento em que percebemos que

o fato de não estarmos lá, além de nos matar, estava matando também aquele território. Foi então que nos organizamos e falamos: “nós precisamos retomar, porque senão o Estado vai nos matar”.

Porque é isso que o Estado tem feito. Com os terreiros, com a juventude negra, com as mulheres pretas, com a população LGBTQIA+. Sentimos, então, que precisávamos retomar, para que a nossa tradição pudesse continuar cuidando de nós. Porque, quando há essa invasão urbana dentro dos territórios tradicionais ou dentro do meio ambiente, ela vem realmente extrair o que equilibra a natureza, em uma tentativa de extermínio cultural dos povos que se entendem enquanto natureza. Então, o Kewá Matamba, para nós, ainda é a possibilidade de uma retomada para não morrer.

5 RETORNAR, RETOMAR, RESISTIR

Quando estávamos no abrigo da prefeitura e percebemos o que estava acontecendo, toda a destruição do nosso terreiro, o meu irmão, Mukumbi, me chamou e falou: “Cássia, só resta nós. Se a gente não voltar, a gente vai morrer”. E aí eu falei: “Então, nós vamos voltar, Maurinho. Nós vamos voltar e vamos reconstruir tudo de novo”.

A comunidade do Kilombu voltou para o território de onde havia sido retirada no próprio ano de 2012, 11 meses após a ida das famílias para o abrigo municipal. Foi preciso uma decisão judicial,

emitida pelo Ministério Público Federal a partir de um laudo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) que atestava que a área não tinha riscos de desabamento. A comunidade acredita, e vários indícios posteriores reforçam essa suspeita, que o que motivou a retirada dos moradores de Manzo pela prefeitura de Belo Horizonte à época foi o interesse em desocupar a área para o estabelecimento de atividades de mineração na região da Serra do Curral. A presença do kilombu no local pode gerar entraves jurídicos para a exploração minerária, haja vista que a legislação prevê a consulta prévia à comunidade sobre atividades que possam gerar impacto em seu território, conforme estabelecido na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Estado brasileiro se tornou signatário no ano de 2004.

Por volta de 2013, a prefeitura de Belo Horizonte, em uma tentativa reparatória, deu início a um processo de registro patrimonial, reconhecendo o Kilombu Manzo e os quilombos de Mangueiras e Luízes como patrimônios culturais municipais. Em 2017, o estado de Minas Gerais reconheceu o Kilombu Manzo como patrimônio cultural imaterial do estado. Em 2021, o município de Belo Horizonte emitiu o título de propriedade de terra ao Manzo, porém, considerando uma área de apenas 520 metros quadrados. A área real estimada no

levantamento feito pela comunidade era de mais de 3 mil metros quadrados. Essa área está sendo reivindicada no processo de titulação do território do kilombu, que se encontra atualmente no INCRA. Além dessa área, existe o território de extensão Kewa Matambá, nas proximidades da Mata da Baleia, também reivindicado pela comunidade por ser um espaço de manejo e manutenção das práticas culturais e religiosas do kilombu, estruturante de seu território, conforme já descrito até aqui.

O processo de retomada do território Kewá Matamba foi publicizado para apoiadores da comunidade em uma reunião no Kilombu Manzo no dia 20 de maio de 2024. Na ocasião, foi informado aos presentes como o processo se daria e os apoios necessários para que a ocupação acontecesse. O preto velho Pai Benedito, guia espiritual da comunidade, havia sido anteriormente consultado sobre a viabilidade do movimento. Não seria fácil, ele orientou, mas garantiu que os envolvidos estariam sob sua proteção. No dia 24 de maio, a comunidade de Manzo ergueu o acampamento na área reivindicada. No mesmo dia, o acampamento foi desmontando, em função de ameaças sofridas pelos moradores do kilombu, que impediram a permanência no local. Ainda assim, a movimentação chamou a atenção da cidade, mobilizou o apoio de movimentos sociais e de luta pela terra, além de outras comunidades

quilombolas e indígenas da região. A pedra inaugural foi lançada.

O território onde fizemos a retomada era vivo, tinha água, tinha bichos, tinha toda uma vegetação que dialogava e respondia às nossas ações, aos nossos comportamentos. Nós convivíamos aqui, por exemplo, com mico, com tucano no nosso quintal. Tinha gambá, bicho preguiça. Tudo isso compunha essa vida, preenchia a nossa vida. Com o passar do tempo, começamos a perceber que isso já não acontecia mais. Quando fomos ao território, percebemos que ele já estava agonizando. Todas as vegetações que compunham aquele território, era o pouco do que tinha sobrado daquela mata nativa. Nós começamos um processo de reflorestamento, porque conhecíamos aquela área, sabíamos qual era aquela vegetação, a família, vamos dizer assim, a família vegetal que compunha o acervo daquele território. Começamos a perceber que essa família já não estava mais presente nem composta.

Então, começamos a retomar as nossas práticas, para ver se a natureza nos respondia. Mas, ao mesmo tempo que fazíamos isso, vinham pessoas que matavam tudo. Quando nos demos conta, a água já não existia mais, já não tinha mais vida naquele território. Para nós, isso foi o maior agravo, porque, se nós não tivermos água, como vamos abastecer ou nutrir a vida daquela vegetação? Ou aquela vegetação vai se sustentar

naturalmente? Não vai ter animal porque não tem água, não tem nada. Além de tudo isso, a vegetação estava exposta a uma queimada constante, que nós chamamos até de genocídio natural, ambiental, e isso nos afeta culturalmente, afeta a relação e a vivência do kilombu.

Estamos tentando ressuscitar essa terra, porque sabemos que ainda tem uma riqueza dessa composição orgânica que pode ressurgir a partir do momento em que trouxermos a água de volta, o animal de volta. Nessa atitude, nessa prática nossa de dizer que vamos retomar o território Kewá Matamba, primeiro nós demos o nome. Nunca teve nome, porque nós não estamos aqui para nomear território. Mas nós nomeamos a ação e a prática de quem está ali, naquele território. E nós colocamos o nome de Kewá Matamba porque entendemos que o Manzo traz essa relação com Matamba, com os ventos, com a chuva, com os elementos naturais. Kewá é uma saudação. É como se você dissesse “Salve!”, “Viva!”. É você saudar Matamba. E Matamba é o vento, é a chuva, é essa composição de vento, chuva, raio, tempestade, tudo isso que abastece os rios.

Então, Kewá Matamba quer dizer “Viva”, “Salve Matamba”, “Salve os raios, os ventos”, “Salve a tempestade”, “Salve o que nos movimenta”. A energia de Matamba se relaciona muito com as mulheres negras. Por esse ser um território

humano, um território que foi firmado por uma mulher negra, que é minha mãe, e eu, sendo filha dessa mulher, e também sendo filha de Matamba e do próprio Manzo, entendi que nesse movimento precisávamos muito das forças e da energia de Matamba, porque era ela quem ia nos governar ali, naquela ação, para que ela viesse nos dar força, para que nós conseguíssemos trazer de volta a vida nesse lugar e compor essa natureza.

Essa retomada não era só da vegetação, mas era também dessas famílias do Manzo, que não têm abrigo no território que foi delimitado para nós e que estão correndo o risco de serem exterminadas. Porque elas vivem hoje nessas áreas onde o índice de genocídio da juventude negra é muito alto. Elas estão vivendo, hoje, onde a condição social delas permite. Nossa retomada veio nesse sentido, de devolver essas famílias para o seu habitat natural, que era esse território, dessa Mata, dessa Serra.

6 O TERRITÓRIO COMO POLÍTICA DA VIDA

Quando as pessoas estão desterritorializadas, elas estão sob o monitoramento do Estado. E o território nos garante essa liberdade, essa longevidade. A gente pode falar do genocídio da juventude negra, da violência contra a mulher. Nós estamos nesse recorte. E o curioso é que é só a partir do monitoramento dessas violências que são

pensadas políticas públicas, o que é um absurdo. Você precisa comprovar que a política não está ali para se pensar em uma política de cuidado ou uma política de vida. E o território desenvolve o contrário, ele vem na política da vida. É o princípio básico, tudo tem vida dentro do território. E nós aprendemos e compreendemos isso até com o que não se movimenta, porque isso também tem vida. E nós tratamos tudo o que compõe esse território como elementos vivos.

Para nós é uma questão de dignidade, por tanta exclusão que tivemos durante todo esse processo, desde o sequestro, podemos dizer assim, dos corpos dos nossos antepassados da África, a única coisa que nós conseguimos preservar até hoje são as práticas mantidas na tradição de matriz africana. Se a gente for pensar bem, o que nós vivenciamos e mantemos ali são as tradições que eram tradições africanas. Por isso se chama de matriz africana. E essas matrizes estão ancoradas, têm um território.

Se formos pensar sobre a construção dos primeiros quilombos, eles surgem de retomadas, inclusive de retomadas de muitos dos territórios indígenas. Os espaços onde os quilombos surgiram eram espaços compartilhados com os povos originários e totalmente longe, distantes da colonização. Por isso nós chamamos de retomada hoje. Antes de chamarmos de retomada,

chamávamos de demarcação, porque eram territórios demarcados em um acordo legítimo com quem habitava aquele espaço.

Para nós, do Kilombu Manzo, por exemplo, as nossas tradições nos garantem uma longevidade, um cuidado com a saúde, um cuidado com a mente, um cuidado com o corpo, com a alimentação. Elas nos garantem todo o cuidado que nós chamamos de dignidade. Você ter direito a colher o que você planta, você ter direito a manifestar a sua crença, a falar a sua língua, tocar seus ritmos. Ter direito de cultivar a educação transmitida pela oralidade, transmitida de geração para geração. Tudo isso acontece dentro do território.

A nossa prática era plantar, colher, cercar a água, fazer poço na água, colher pedra para que minha mãe visse quais eram as pedras sagradas, que poderiam ser assentadas como santo. Eu adorava. A gente adorava. Nós íamos para a Baleia e voltávamos com uma lata na cabeça, cheia de pedras. Quando chegávamos em casa, virávamos as pedras no pé da minha mãe, e aí ela falava: essa daqui é de Ogum, essa daqui é de Oxum, essa é de Iansã. Até hoje as nossas crianças têm essas práticas, mesmo sem a gente ter um rio. Elas ainda conseguem catar pedras, levar até minha mãe, para elas poderem ver a minha mãe dizer quais pedras eram aquelas, qual era o ancestral que respondia naquelas pedras.

Para nós, isso é vida. Isso é ter uma vida digna, isso é viver com dignidade. Não é o que o Estado quer. Achar que ter uma carteira assinada, com trabalho, com horário, cumprindo as regras trabalhistas, que isso é dignidade. Dignidade para nós é poder viver e gozar dessa liberdade que disseram que é nossa, sem que o Estado venha dar essa assistência. Sem que o Estado queira nos direcionar para outro lugar que não é o nosso *habitat* natural. Na verdade, não é nem uma assistência, é uma tutela. Nós vivemos tutelados pelo Estado. E, quanto à questão do título do território, ainda é um problema, porque nós percebemos que há um desinteresse.

Nós ainda somos a mão de obra que gira o lucro deste país, que produz o lucro do país. Não adianta dizer que não é. Nós ainda somos o trabalho braçal, porque eles ainda não deram conta de robotizar tudo. Então, ainda há ofícios que precisam dessa mão de obra escrava, e eles continuam entendendo que somos nós quem temos que movimentar essas manivelas. Dar território é nos dar independência, é nos dar autonomia. Pode ser que a gente não precise mais do Estado. E eles têm medo disso, porque o que eles não conseguem dominar, eles vão matando. Quase não tem trabalho para a juventude. Não tem ofício para a juventude. Não tem mais formação técnica para a juventude. Então, mata-se essa juventude. Não tem mais trabalho para a

terceira idade, então, matam-se esses idosos. Para nós, ainda é fundamental o matriarcado, é essencial a juventude e é esperançosa a infância.

Antes, nós não precisávamos do Estado para nada, porque tínhamos a Mata, tínhamos um acesso livre à Mata. Então, o Estado nos obriga a sermos dependentes da política porca que ele tem para nos ofertar. Ele nos coloca em um processo de liberdade assistida. Essa liberdade assistida não nos permite viver com dignidade, porque, para nós, que somos povos da terra, das águas, da floresta, nós precisamos desse movimento, desse sustento. Nós não precisamos de emprego, das indústrias, não precisamos dessa educação, não precisamos

de nada disso. Mas o Estado nos cobra isso para nos legitimar enquanto “cidadãos de bem”.

E, mesmo assim, ele não nos dá o direito de escolher. Se quisermos viver, precisamos ceder. E o território nos permite fazer escolhas. Ele me permite, se eu quiser ir lá na cidade, trabalhar e voltar, eu posso. Mas, se eu quiser produzir aqui, eu posso também. Eu tenho direito de fazer escolhas, não é uma única opção. Mas o Estado não quer isso. Ele nos coloca em risco de vida o tempo todo. Nós andamos na mira, como se fossemos um alvo, o tempo todo. O tempo todo nós sentimos isso. Para mim, já basta. Eu querer ocupar o meu território.

REFERÊNCIAS

Albert, Bruce; e Kopenawa, David. 2015. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras.

Barcelos Neto, Aristóteles; Ramos, Danilo; Bühler, Maíra Santi; Sztutman, Renato; Marras, Stelio; e Macedo, Valéria. 2006. Abaeté, Rede de Antropologia Simétrica: entrevista com Márcio Goldman e Eduardo Viveiros de Castro. *Cadernos de Campo*. 15(14/15): 177-190. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v15i14-15p177-190>

Bispo dos Santos, Antônio. 2023. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu/PISEAGRAMA.

Bispo dos Santos, Antônio. 2021. *Colonização, quilombos: modos e significações*. Brasília: INCTI, UNB, CNPQ e MCTI.

Clastres, Pierre. 2004. Do etnocídio, in *Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política*. pp.80-92. São Paulo: Cosac Naify.

Deleuze, Gilles; e Guatarri, Félix. 1995. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 1). Rio de Janeiro: Editora 34.

Cadena, Marisol de la. 2019. Cosmopolítica indígena nos Andes: reflexões conceituais para além da “política”. *Maloca: Revista de Estudos Indígenas*. 2: e019011. <https://doi.org/10.20396/maloca.v2i.13404>

Guimarães, C.; e Aspahan, P. (2024, Junho 6). *Jardins do Sagrado | A mata é um pedaço de mim | com Mãe Efigênia | Mam'etu Muiandê* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=rBwoUqJnfR8>

Kidoialê, Makota. 2023. As plantas, nossos ancestrais, in *Terra: antologia afro-indígena*. Compilado por P. L. R. Marquez e W. C. Piseagrama. pp.87-106 São Paulo/ Belo Horizonte: Ubu /PISEAGRAMA.

Latour, Bruno. 2019. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. São Paulo: Editora 34.

Kilombu Manzo Ngunzo Kaiango. 2024. *Carta da retomada Kewá Matamba*. <https://teiadospovos.org/carta-da-retomada-kewa-matamba/>

Viveiros de Castro, Eduardo. 2008. Uma boa política é aquela que multiplica os possíveis, in *Encontros: Eduardo Viveiros de Castro*. Organizado por R. Sztutman. pp. 226-260. Rio de Janeiro: Azougue.